

# E OS SALÁRIOS, OH!

## ARROCHO, CONGELAMENTO E ASSIMETRIAS: O VELHO PROBLEMA COM CARA DE NOVO

O Presidente Roberto Campos e a atual Diretoria vem concretizando, em sua trajetória no BCB, o agravamento das demandas dos servidores jamais percebido na história da Instituição, apesar do quadro funcional reduzido, o descaso com as novas e especializadas pressões do cenário econômico...

**2007** - reunião do Sinal com o Secretário de Gestão do Ministério de Planejamento e Gestão, o SINAL ponderou: Ocorre que, enquanto estávamos tratando da finalização dos termos do Acordo, na sala ao lado o Governo estava negociando novos patamares de remuneração com os auditores da Receita Federal do Brasil.

**2017** - o presidente Ilan Goldfajn, já se mostrou favorável à extinção das distorções existentes, em diversas oportunidades; por mais de uma ocasião, declarou-se desconfortável com as assimetrias salariais entre as carreiras de Estado, em especial devido aos efeitos de desestímulo à permanência dos servidores na autarquia.

**2020** - Fim do regime especial de aposentadoria dos servidores públicos e Aumento de 44% na contribuição previdenciária.

**PASBC: mantido o desconto da segunda parcela do reajuste; o caminho escolhido pela direção da Autarquia** - acentuação das assimetrias em relação a carreiras congêneres. Efeito direto da tomada de decisão por parte de quem, em reconhecimento à excelência de seu quadro funcional, deveria lutar para suprimir quaisquer diferenças aferidas em relação a categorias de similar importância para o Estado.



### **25/11/2021 - indiferença da Diretoria às demandas dos servidores**

Não obstante a persistência das assimetrias internas, a regularização do Bônus da Receita Federal, em tratativas no âmbito ministerial, promoverá um agravamento ainda maior das assimetrias nos salários do Banco Central.

### **É AGORA!**

Segundo informações veiculadas do Secretário especial do Tesouro, Esteves Colnago, servidor do BCB, a PEC 23 (dos precatórios) muda a janela de correção do teto dos gastos, abrindo margem para mais despesas públicas em 2022, ano eleitoral. Alertamos que vigora o teto de gastos até 2026, que pode ser prorrogado por mais 10 anos e que somente uma nova Emenda Constitucional pode derrubar.



**O SINAL SEGUE EM BUSCA DE REAJUSTE SALARIAL  
E ABERTURA DE MESA NEGOCIAL EM 2022.**